

Boletim do Mercado de Trabalho Mineiro



OBSERVATÓRIO
DO TRABALHO DE MINAS GERAIS



DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

O Boletim que ora se apresenta foi elaborado no âmbito do Observatório do Trabalho de Minas Gerais e conta com a participação dos técnicos da Fundação João Pinheiro (FJP) e da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese) de Minas Gerais. Nesta edição especial é apresentado um panorama da situação dos jovens no mercado de trabalho mineiro, com base nas estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

O trabalho ocupa lugar central na vida das pessoas. Além de ser fonte de renda, o trabalho proporciona realização pessoal, integração social e auto estima. Uma das bandeiras levantadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) é o pleno emprego e o trabalho decente, válida sobretudo para os jovens que constituem a base da pirâmide da População em Idade Ativa (PIA) e são o grupo mais afetado pelas crises econômicas e pela flexibilização das relações de trabalho.

A forma como se dá a inserção dos jovens no mercado laboral afeta suas trajetórias futuras na medida em que reduz as chances de se obter trabalho que propicie rendas mais elevadas ou com maior segurança e garantias trabalhistas, comprometendo o bem estar no longo prazo. No Brasil, a educação é obrigatória entre 4 e 17 anos, o que equivale, para aqueles sem defasagem escolar, ao ensino médio. A legislação brasileira veda qualquer trabalho até os 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Entre 14 e 17 anos, portanto, espera-se que o jovem concilie o trabalho com o estudo, e nesse caso, há diversas regulações para que essa combinação não prejudique o período de formação. Trabalhar e estudar nessa fase pode trazer danos ao processo de escolarização, já que contribui para reprovação, repetência, defasagem, e, frequentemente, para a evasão escolar; além de interferir na participação do jovem nas atividades sociais, de lazer e em responsabilidades prematuras. Entre 18 e 24 anos, o comprometimento dos jovens com o mundo do trabalho já é bem mais substantivo, especialmente, daqueles oriundos de famílias com condições de vida mais desfavoráveis. No entanto, a falta de experiência e capacitação profissional fazem com que os jovens sejam um dos grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho. Daí a importância de compreender a trajetória recente dos jovens de 14 a 29 anos em Minas Gerais.

Inserção dos jovens no mercado de trabalho mineiro: diagnóstico com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNADc)

Os dados para Minas Gerais mostram que a PEA jovem (14 a 29 anos) atingiu seu maior volume no ano de 2017, quando chegou a mais de 3,4 milhões de pessoas, com uma taxa de participação de 65,4%, o que significa que, para cada 100 jovens entre 14 e 29 anos, 65 estavam trabalhando ou procurando emprego. Observa-se, contudo, uma queda paulatina destes indicadores a partir daquele ano, alcançando os menores patamares em 2021 (Tabela 1).

Em anos de retração econômica, o aumento do desemprego muitas vezes é resultado da transferência de pessoas ocupadas para a categoria de desocupadas, mantendo uma certa constância na PEA. Contudo, em momentos prolongados de crise, além da destruição de vagas que promove tal transferência, há pessoas que desistem de buscar emprego, saindo da força de trabalho e compondo o segmento dos desalentados, o que contribui para o declínio da PEA. A crise econômica brasileira iniciada em 2014 gerou efeitos deletérios sobre o mercado de trabalho mineiro e sobre a oferta de trabalho dos jovens, geralmente os mais prejudicados em momentos críticos. Já a pandemia da Covid-19 iniciada em 2020, embora tenha ampliado e aprofundado a crise econômica iniciada há sete anos, por ter demandado medidas de distanciamento social e suspensão de várias atividades, impactou de forma diferente o mercado de trabalho. Além do fechamento de vagas em virtude da restrição da circulação de pessoas e da proibição de aglomerações, houve diminuição da jornada de trabalho para muitas categorias e a adoção do home office por muitas empresas como alternativa para continuidade dos negócios. Neste cenário de crise sanitária e incertezas, muitos trabalhadores deixaram de procurar trabalho contribuindo para a diminuição da PEA e da taxa de desemprego e incremento do desalento e das taxas de subutilização.

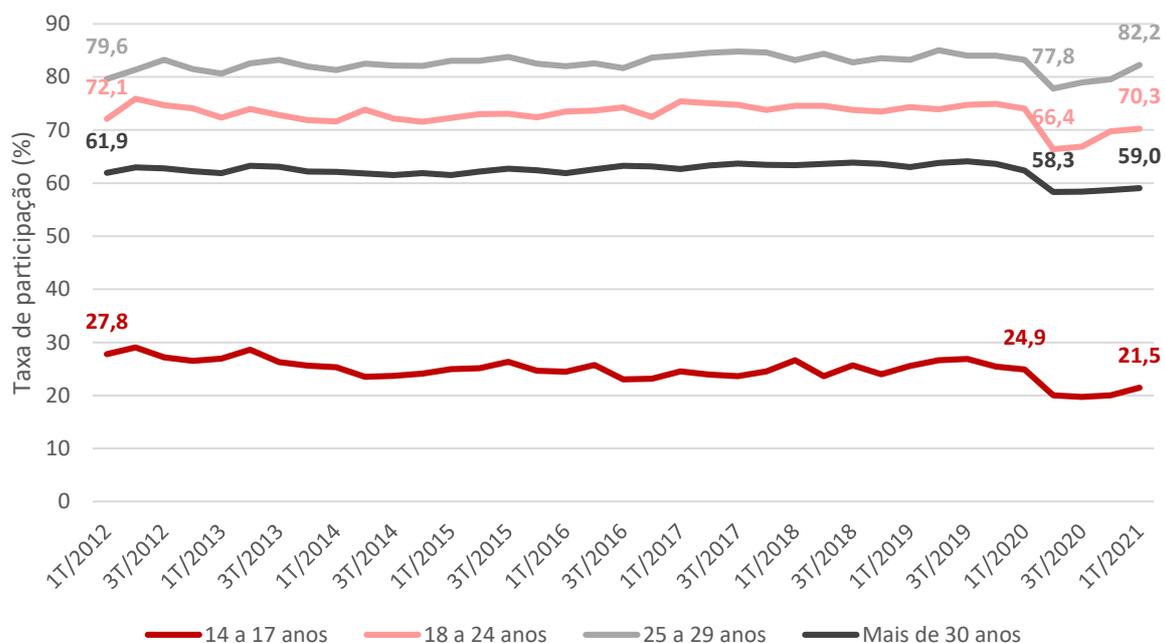
Tabela 1: Indicadores de participação dos jovens de 14 a 29 anos no mercado de trabalho - Minas Gerais - 2012 a 2021 - (primeiro trimestre)

Anos	Total de jovens na PEA	Taxa de participação (%)	Percentual de jovens na PEA	Percentual de jovens entre os ocupados
2012	3.354.764	62,6	33,3	31,0
2013	3.271.625	62,2	32,1	30,1
2014	3.284.386	62,3	31,8	29,7
2015	3.269.528	62,7	31,3	28,7
2016	3.310.916	63,7	30,9	27,7
2017	3.429.266	65,4	31,4	27,8
2018	3.383.153	65,4	30,5	26,9
2019	3.149.128	64,3	28,4	25,5
2020	3.104.431	64,8	27,9	24,6
2021	2.875.978	61,6	26,8	23,5

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

O Gráfico 1 apresenta a evolução das taxas de participação dos jovens, desagregados por faixas etárias, e dos adultos no mercado de trabalho em Minas Gerais. Verifica-se um comportamento estável das taxas de participação dos jovens entre 18 e 29 anos e dos adultos entre o 1º trimestre de 2012 e de 2020 e tendência de queda nas taxas dos jovens entre 14 e 17 anos neste mesmo período. A queda abrupta das taxas a partir do 2º trimestre de 2020 e a leve recuperação iniciada no 4º trimestre deste mesmo ano evidenciam os impactos diferenciados da pandemia nas categorias analisadas, com situação mais crítica para os jovens entre 14 e 17 anos que encontram-se bem distantes das taxas registradas em 2012. Este segmento foi, também, o que registrou maior queda na taxa de participação entre o 1º trimestre de 2020 (pré-pandemia) e de 2021: 13,7% contra 5,0% dos jovens entre 18 e 24 anos; 1,17% dos jovens entre 25 e 29 anos; e 5,3% dos adultos.

Gráfico 1: Taxas trimestrais de participação, segundo faixas etárias - Minas Gerais - 2012 a 2021

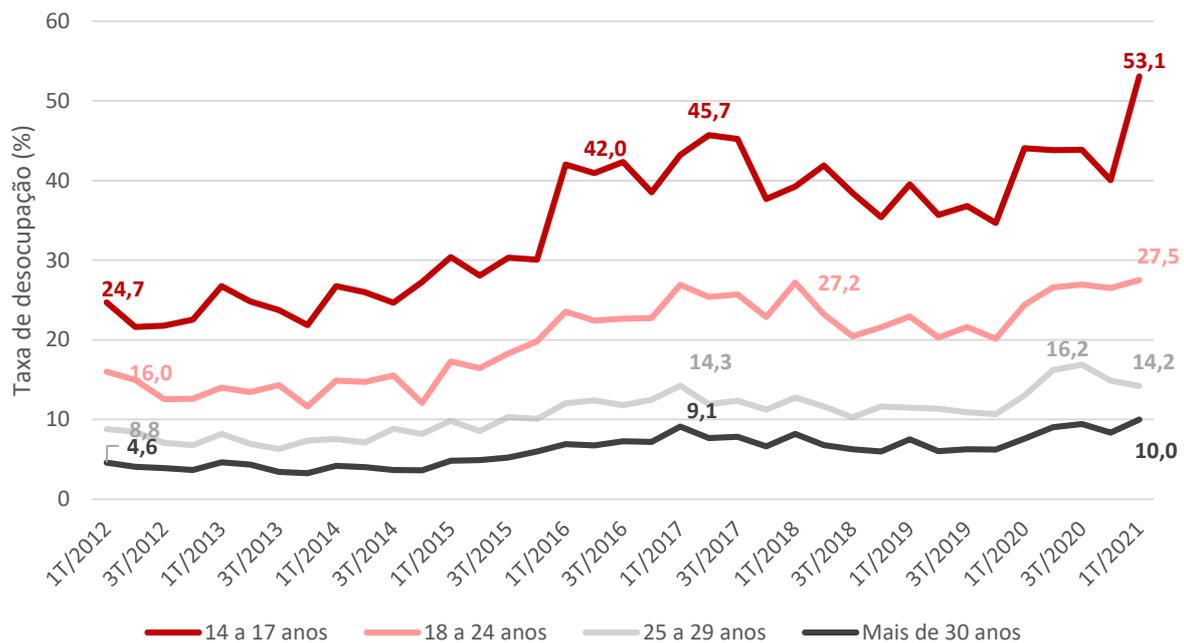


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

O Gráfico 2 mostra o crescimento generalizado do desemprego para todas as categorias a partir do 1º trimestre de 2015 e evidencia as mais elevadas taxas de desocupação em todo o período analisado dos jovens entre 14 e 17 anos e entre 18 e 24 anos. Destaca-se contudo, que o primeiro grupo tem sido o mais prejudicado com as crises dos últimos anos, chegando ao final da série histórica com 53,1% de taxa de desocupação - patamar mais elevado desde 2012. Apesar dos altos valores das taxas

de desocupação para os demais grupos ao longo dos nove anos considerados verifica-se níveis semelhantes aos de 2015, quando o estado registrou a maior queda no PIB da década de 2010. Nesse sentido, pode-se afirmar que os mais jovens foram os mais afetados pela redução do número de vagas no mercado laboral mineiro. Um jovem entre 14 e 17 anos de idade trabalha sob condições específicas, por exemplo, como menor aprendiz, o que faz com que seja o primeiro a ser desligado de seu posto de trabalho em momentos de recessão.

Gráfico 2: Taxas trimestrais de desocupação, segundo faixas etárias - Minas Gerais- 2012 a 2021



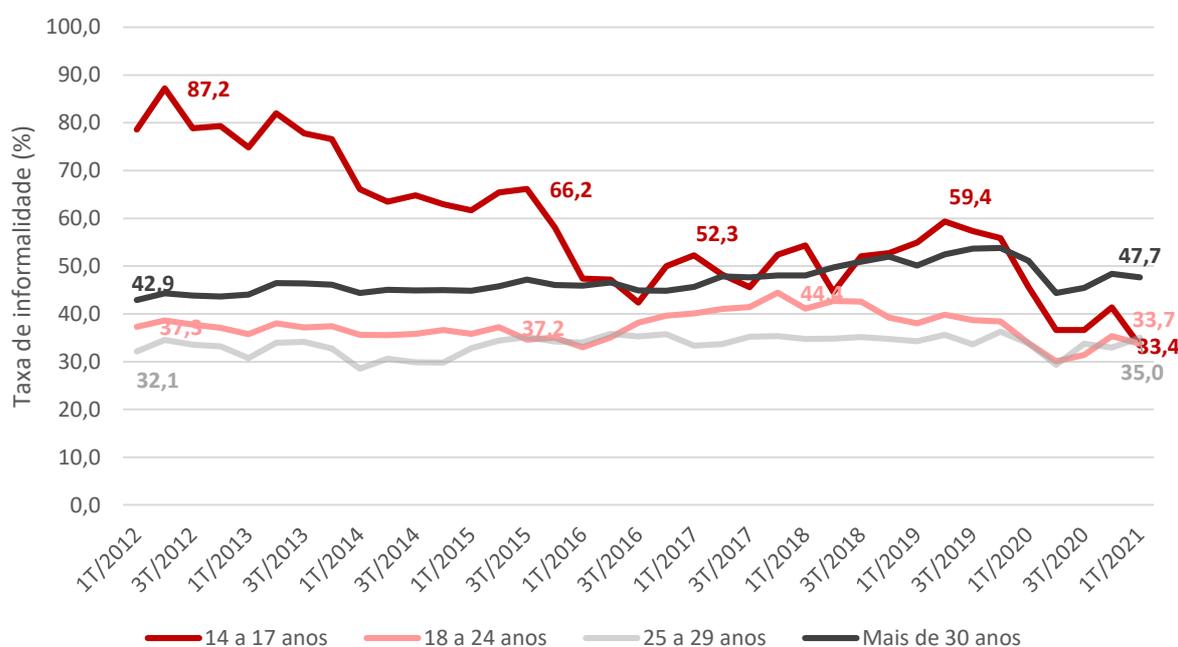
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

O Gráfico 3 evidencia a alta prevalência da informalidade em todas as categorias e a convergência das taxas dos jovens. Para os adolescentes entre 14 e 17 anos, observa-se um comportamento destoante das taxas, com queda da informalidade, principalmente a partir do 2º trimestre de 2012 até o 3º trimestre de 2016, quando o indicador atinge seu menor nível neste período (42,3%). A partir daí a taxa apresenta grandes flutuações, alcançando 59,4% no 2º trimestre de 2019 e 33,4% no 1º trimestre de 2021 - menor patamar de toda a série histórica. Constata-se que estes movimentos das taxas de informalidade não foram acompanhados pelo incremento das contratações formais, haja vista que essas também decresceram ao longo dos nove anos, principalmente entre os empregados no setor privado, chegando ao menor nível no primeiro trimestre de 2021 (Gráfico 4).

O que a combinação das taxas de desocupação, informalidade e formalidade dos mais jovens sugere é uma transição expressiva desse segmento para fora do mercado de trabalho, sobretudo daqueles jovens que estavam em postos informais.

Oscilações também são registradas no grupo de 18 a 24 anos, porém de forma bem menos expressiva. Observa-se incremento continuado das taxas de informalidade deste segmento entre o 1º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2017, quando a taxa alcança seu maior valor (44,4%), e sucessivos decréscimos, com o menor patamar registrado no 2º trimestre de 2020. Já em relação à taxa de formalidade, o Gráfico 4 evidencia a tendência de queda até o 2º trimestre de 2018 e a partir do 2º trimestre de 2020.

Gráfico 3: Taxas trimestrais de informalidade, segundo faixas etárias - Minas Gerais - 2012 a 2021



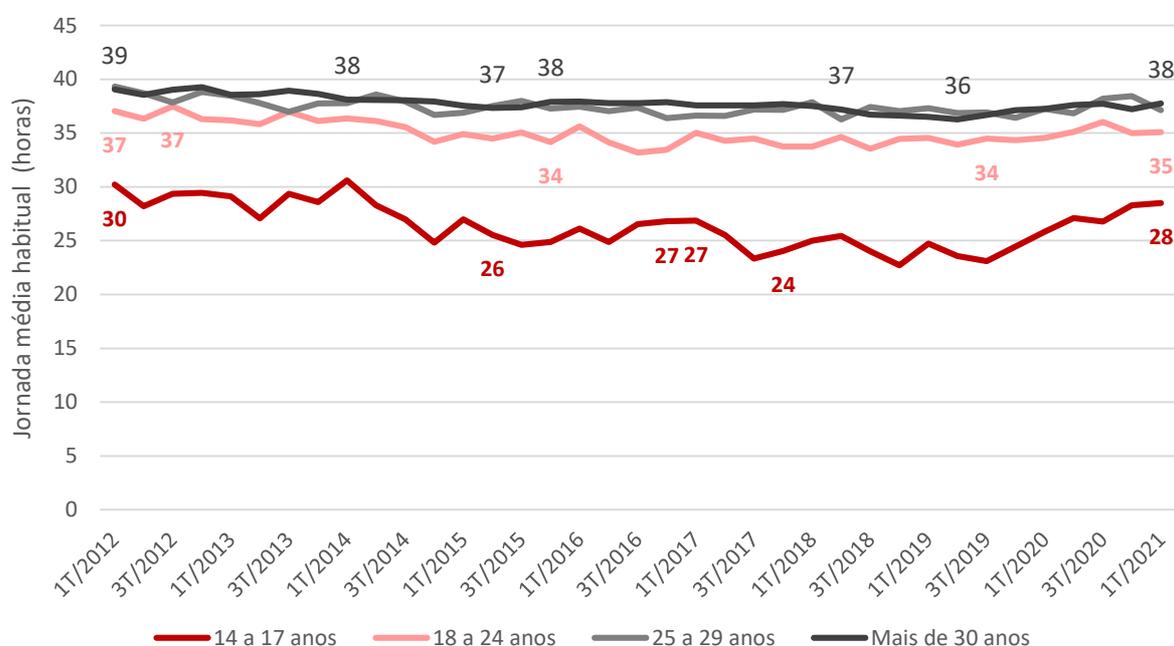
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Considerando que os adolescentes entre 14 e 17 anos ocupados necessitam conciliar as atividades laborais com as escolares, em geral, eles dedicam menos horas ao trabalho do que os jovens das demais faixas etárias. Além disso, a jornada de trabalho é distinta para aqueles inseridos no mercado formal e informal, embora no caso dos mais novos tenha havido uma aproximação entre elas: no 1º trimestre de 2021 foi de, respectivamente, 27 e 28 horas semanais. Embora seja mais do que meia jornada, é ainda bem menor do que a das demais faixas etárias. Nessas, observa-se, de um lado, que o tempo de dedicação ao trabalho dos jovens que têm uma ocupação formal não

difere dos adultos e trabalhadores mais velhos. De outro, nota-se que há uma diferença significativa entre o trabalho formalizado e não formalizado, em que a jornada habitual de trabalho é menor para o segundo grupo (Gráficos 4 e 5).

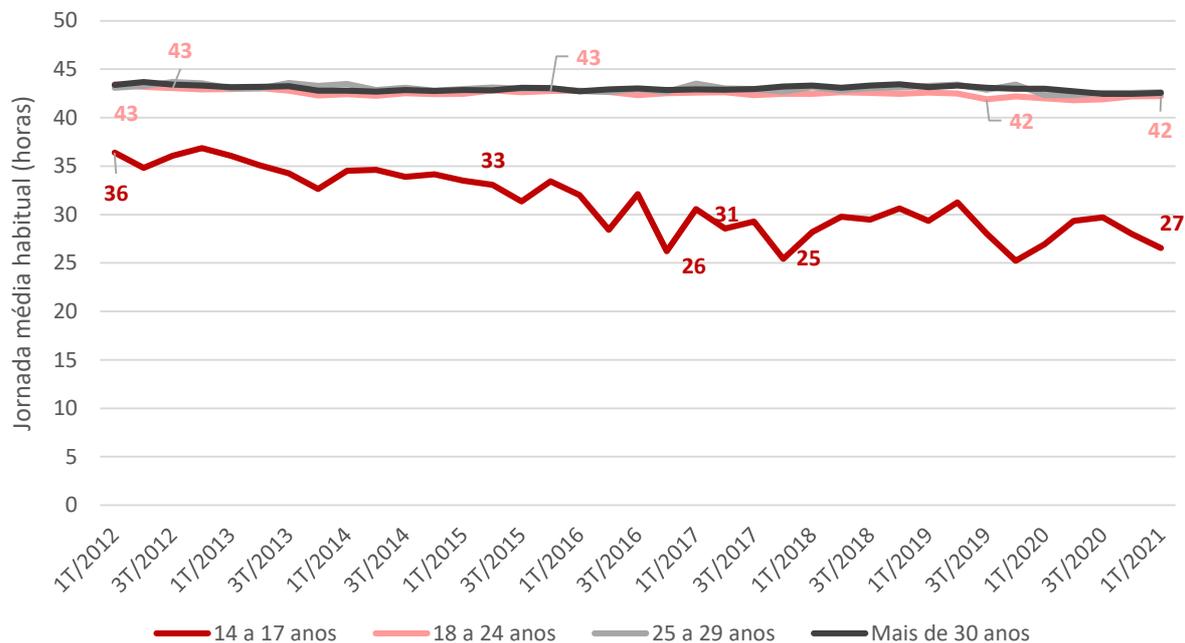
Mesmo com as transformações recentes do mercado de trabalho dos últimos anos, o tempo dedicado ao trabalho não sofreu grandes alterações, exceto para aqueles na faixa etária de 14 a 17 anos que tinham um trabalho formal, cuja jornada habitual média passou de 36 horas, no 1º trimestre de 2012, para 27 horas no mesmo período de 2021. Vale notar que essa inflexão não decorre da retração recente do mercado de trabalho, uma vez que se iniciou bem antes, em 2014.

Gráfico 4: Média de horas trabalhadas trabalho formal, segundo faixas etárias - Minas Gerais - 2012 a 2021



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Gráfico 5: Média de horas trabalhadas trabalho informal, segundo faixas etárias - Minas Gerais - 2012 a 2021



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

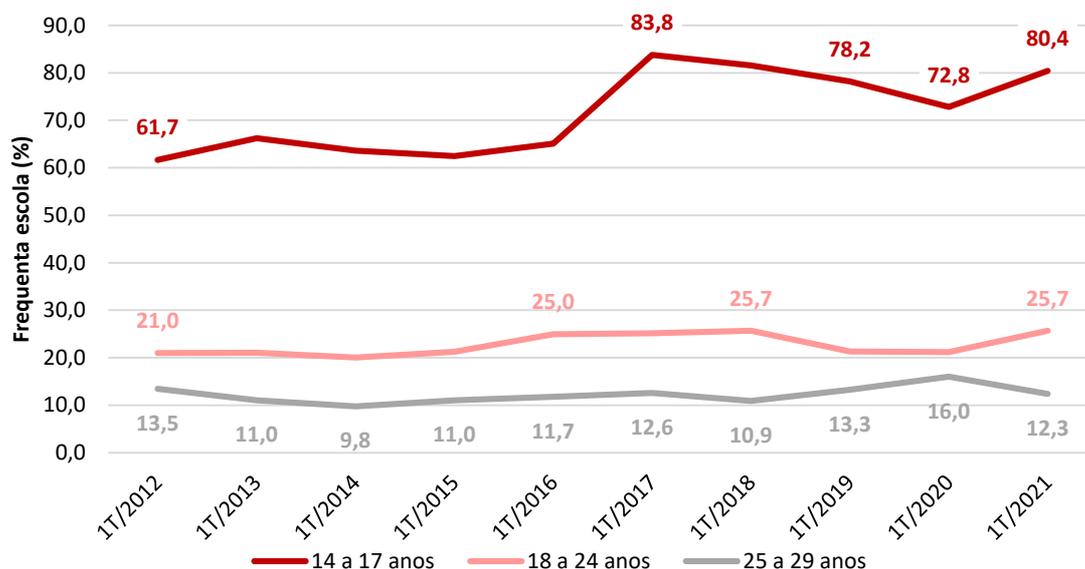
Entre 2012 e 2021 houve redução de adolescentes e jovens ocupados que frequentavam escola em Minas Gerais (Gráficos 6 e 7). Dentre os ocupados de 14 a 17 anos, idade ainda de escolarização obrigatória, 75,4% frequentavam escola no 1º trimestre de 2012 e 66,2% no mesmo período de 2021. No caso daqueles com idade entre 18 e 24 anos, a taxa de frequência à escola dos ocupados passou de 23,6% para 21,1% e daqueles entre 25 e 29 anos permaneceu praticamente estável, passando de 11,6% para 11,0% no período.

No 1º trimestre de 2012, a taxa de frequência à escola dos adolescentes que trabalhavam no setor formal era inferior à dos que trabalhavam no setor informal. Ao longo do tempo, houve incremento dos adolescentes que conciliavam trabalho no setor formal e estudo enquanto reduziu para aqueles que trabalhavam no setor informal, ocorrendo uma aproximação entre eles. Desse modo, no 1º trimestre de 2021, 80,4% dos adolescentes ocupados no setor formal estavam na escola, contra 74,7% do setor informal.

Para os jovens de 18 a 24 anos também há uma aproximação da taxa de frequência à escola dos ocupados no setor formal e informal no período. No 1º trimestre de 2021, 25,7% dos jovens do setor formal estavam na escola, contra 26,1% do setor informal.

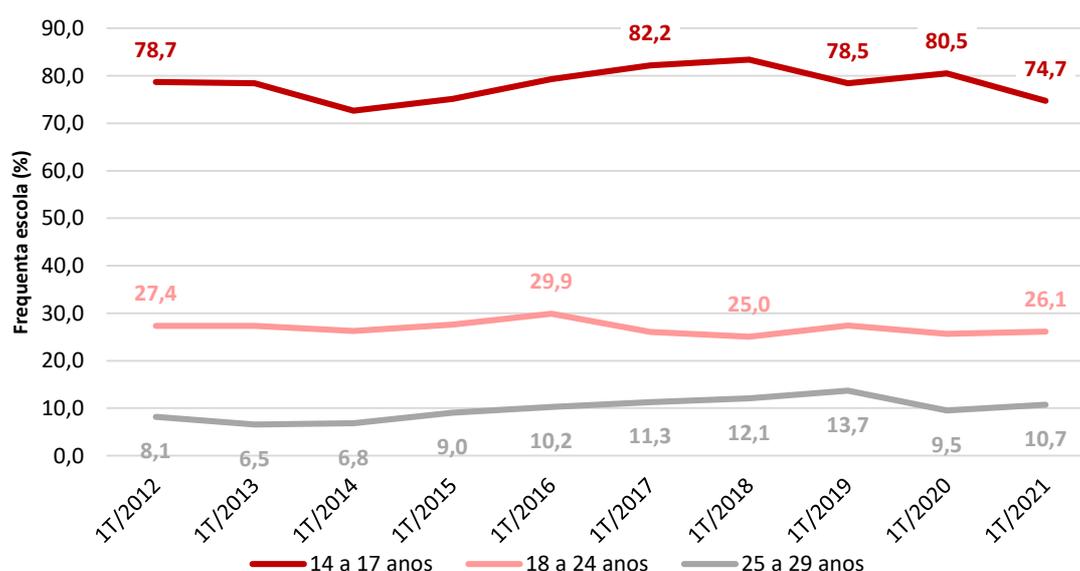
Já dentre os jovens adultos de 25 a 29 anos, há redução da frequência à escola entre os ocupados do setor formal e incremento para os que tinham uma ocupação no setor informal.

Gráfico 6: Proporção dos ocupados do setor formal que frequentam escola, segundo faixas etárias - Minas Gerais - 2012 a 2021 (primeiro trimestre)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

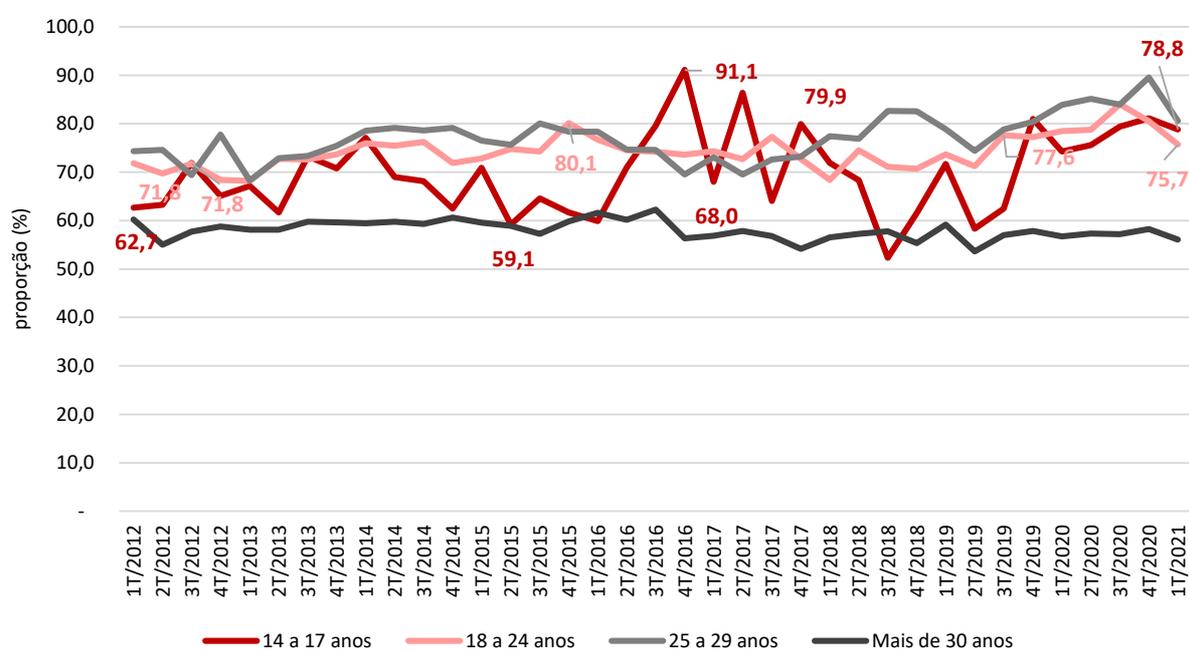
Gráfico 7: Proporção dos ocupados do setor informal que frequentam escola, segundo faixas etárias - Minas Gerais - 2012 a 2021 (primeiro trimestre)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

A renda do trabalho é um dos indicadores que mais retratam a condição desfavorável dos trabalhadores do setor informal. Contudo, a desvantagem é maior nas caudas da distribuição etária, ou seja, para os mais jovens (14-17 anos) e para os mais velhos (30 anos e mais). Se para os adolescentes o rendimento médio de todos os trabalhos no setor informal equivalia a 78,8% do setor formal, no 1º trimestre de 2021, para os jovens de 18 a 24, correspondia a 75,7%, de 24 a 29, a 80,6% e a 56,1% para os de 30 anos e mais. Nota-se ainda a grande instabilidade da renda dos mais jovens (Gráfico 8).

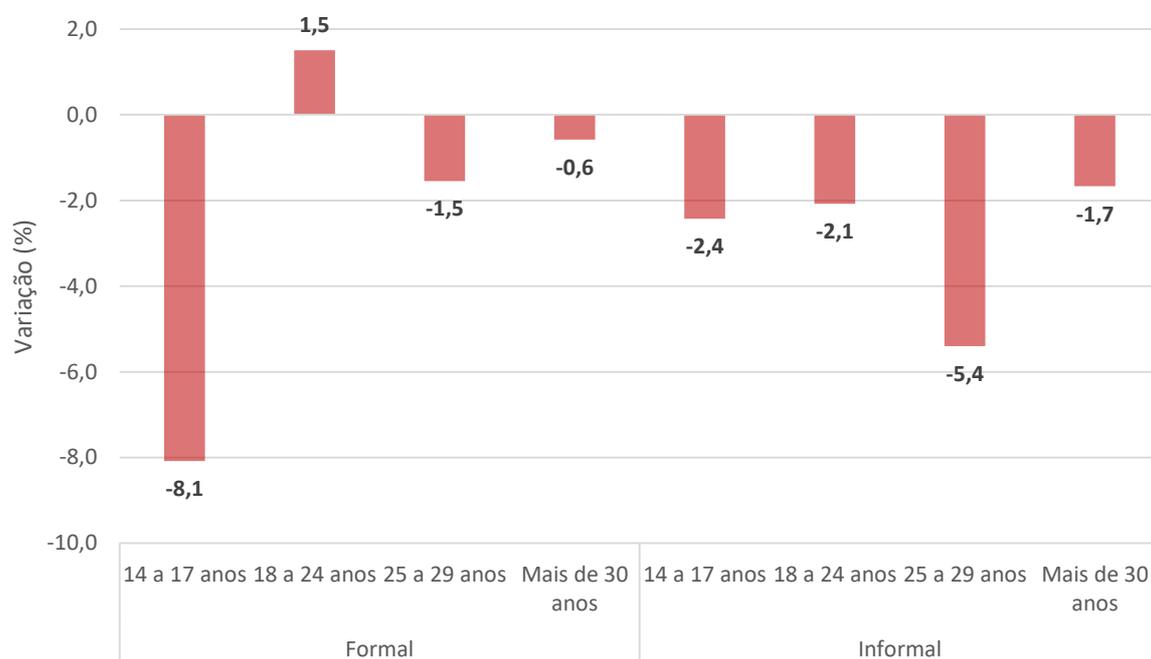
Gráfico 8: Evolução da proporção da renda habitual de todos os trabalhos dos ocupados no setor informal em relação a do setor formal, segundo faixas etárias - Minas Gerais - 2012 a 2021



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

A renda do trabalho apresentou declínio praticamente para todos os grupos etários. Comparando com o 1º trimestre de 2020, o grupo que mais perdeu renda foi o dos adolescentes, tanto no setor formal quanto no informal. O rendimento médio de todos os trabalhos no setor formal reduziu 8,1% para os adolescentes e 1,5% para os jovens de 25 a 29 anos. Para aqueles com idade entre 18 e 24 anos, a renda apresentou variação positiva de 1,5%, enquanto para com 30 anos ou mais, teve variação negativa de 0,6%. No setor informal houve redução para todos os grupos etários, de -2,4% (14 a 17 anos), -2,1% (18 a 24 anos), -5,4% (25 a 29 anos) e -1,7% (30 anos e mais) (Gráfico 9).

Gráfico 9: Variação da renda habitual de todos os trabalhos dos ocupados no setor formal e informal, segundo faixas etárias - Minas Gerais - 2021/2020 – (%)

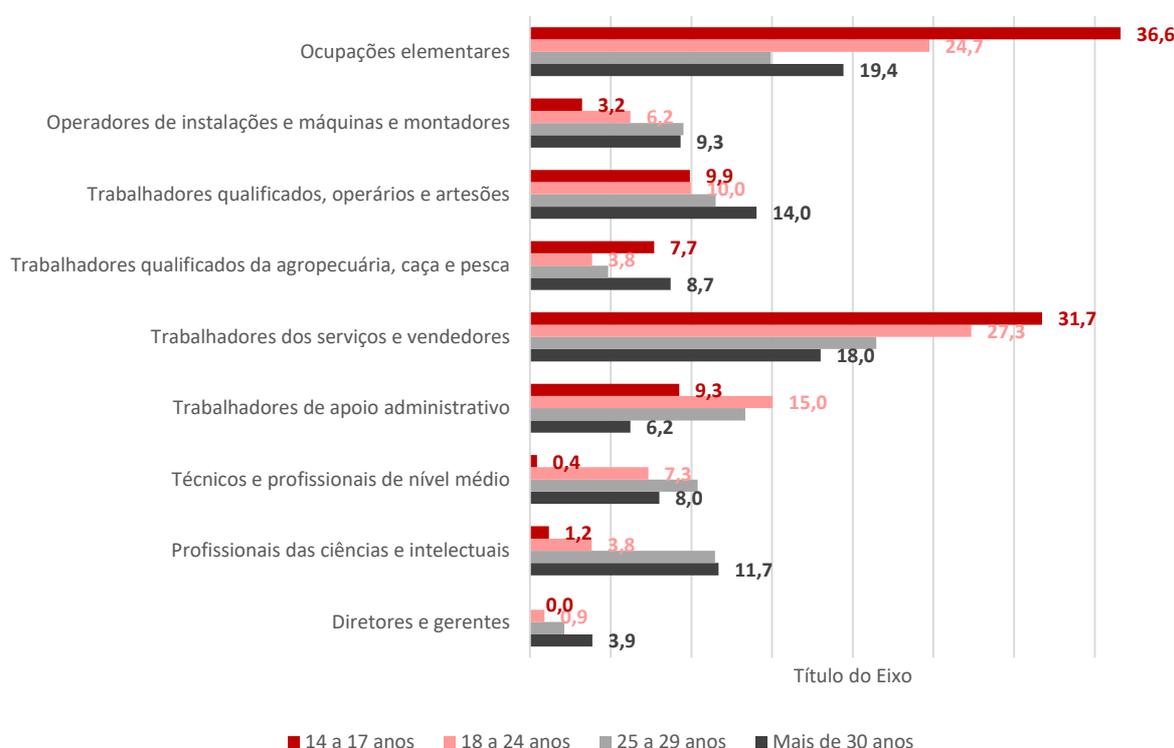


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Os mais jovens estão inseridos também em ocupações mais elementares do ponto de vista das exigências de capacitação e qualificação profissionais. O Gráfico 10 mostra que quase 70% dos adolescentes e mais da metade dos jovens de 18 a 24 anos estavam ocupados em dois grupos: Trabalhadores dos serviços e vendedores (31,7% e 27,3%, nessa ordem) e Ocupações elementares (36,6% e 24,7%, nessa ordem). A distribuição dos jovens com idade entre 25 e 29 anos nos grupos ocupacionais é similar à dos trabalhadores mais velhos, com uma pulverização maior entre os grupos e uma menor concentração¹.

¹ Esses dados não foram desagregados por formal e informal por causa do alto coeficiente de variação que impossibilita fazer inferências sobre o resultado.

Gráfico 10: Grupos ocupacionais, segundo faixas etárias - Minas Gerais - 2021/2020 - (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

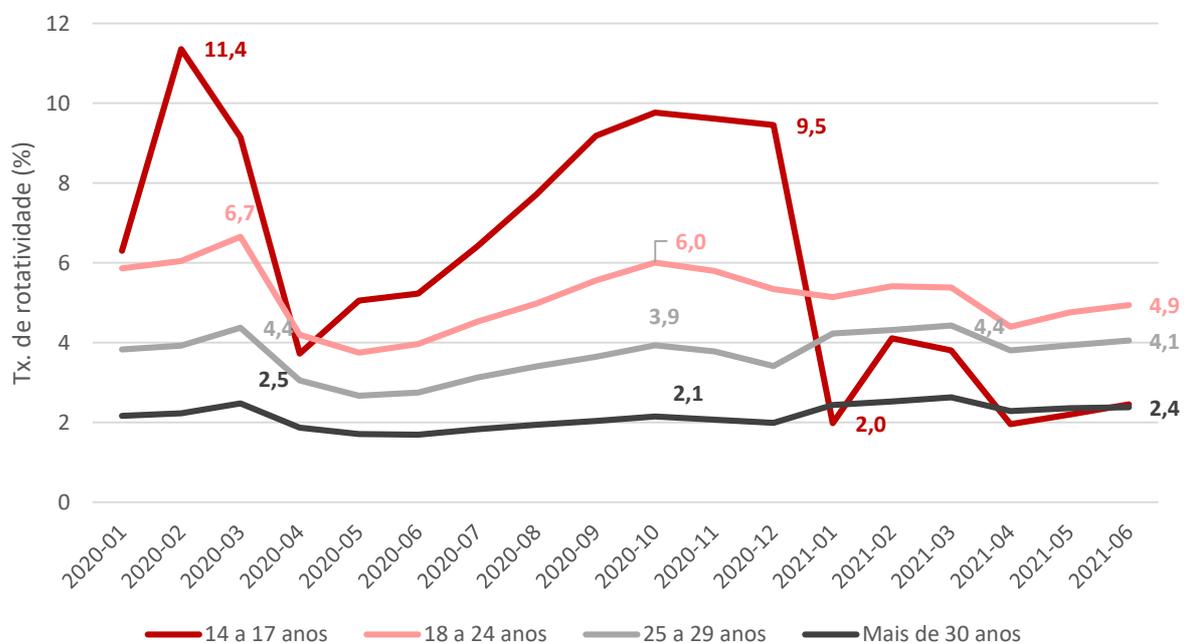
Trabalho formal dos jovens em Minas Gerais segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED)

A inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro é caracterizada pela alta rotatividade mesmo no setor formal, devido às elevadas taxas de contratação como também de desligamento. Os dados do Novo CAGED mostram que a taxa média de contratação dos jovens no setor formal em Minas Gerais, entre janeiro de 2020 e junho de 2021, era de 5,0% e a taxa de desligamento de 4,5%, com flutuações ao longo do período analisado e diferenças entre as categorias etárias. Entre os adultos, essas taxas médias foram, cada uma, de 2,1%. A maior rotatividade entre os jovens foi registrada entre os adolescentes, com variações entre 11,3% (fevereiro de 2020) e 1,9% (abril de 2021).

Ressalta-se que as elevadas taxas de rotatividade dos jovens no setor formal tendem a gerar menor incentivo para o investimento em treinamento, por parte dos empregadores e empregados, e concorre para a destruição do capital humano acumulado na empresa, dificultando o acúmulo de produtividade e, consequentemente, dos futuros rendimentos.

A rotatividade encontra-se relacionada aos setores de atividade. De acordo com o DIEESE², Agricultura e Construção Civil são setores cujos processos de produção podem ser considerados discretos no tempo e por isso apresentam maior rotatividade, ao passo que nos demais os processos são considerados contínuos e, por conseguinte, menos rotativos. Contudo, a crise sanitária instaurada pela pandemia do novo coronavírus no ano de 2020 impactou de forma diferenciada os grandes setores de atividade, rompendo temporariamente com a lógica tradicional. O Comércio, os Serviços e a Indústria foram os mais prejudicados pelas medidas de isolamento social e de paralisação das atividades e são os setores que mais empregam jovens em Minas Gerais (Gráfico 11).

Gráfico 11: Taxa de rotatividade, segundo faixas etárias - Minas Gerais - janeiro de 2020 a junho de 2021

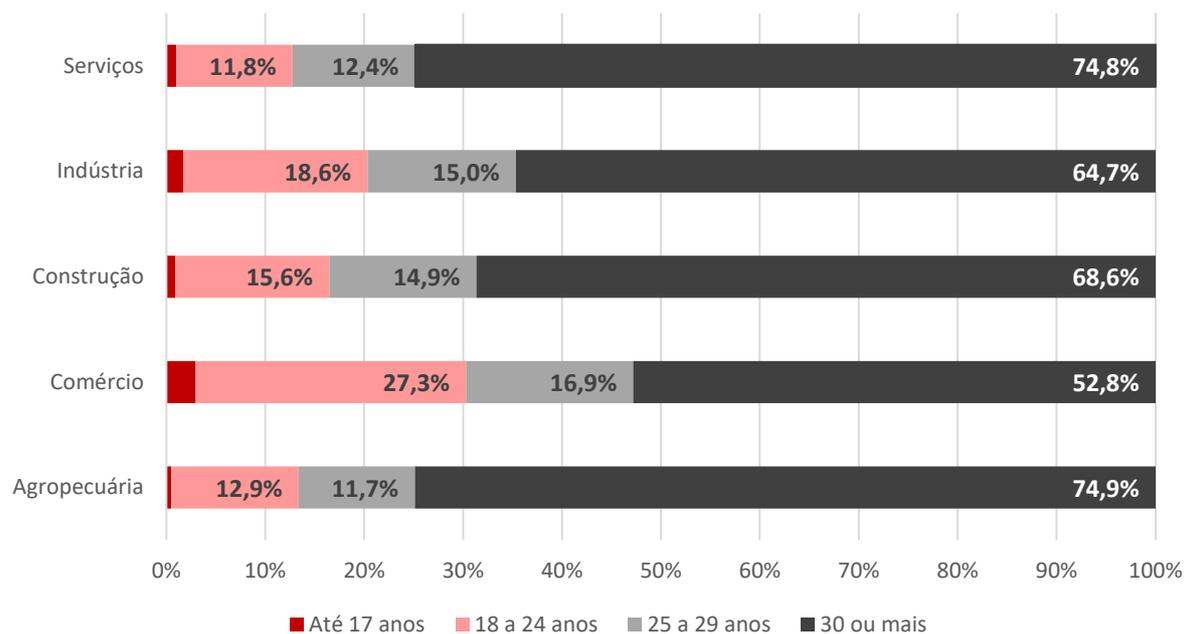


Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Em todo o estado, são aproximadamente 1,6 milhão de trabalhadores com até 29 anos de idade no mercado formal, o que equivale a cerca de 24% do estoque total de empregos com carteira assinada em Minas Gerais. Destes, a maior parte atua no setor Serviços (40,3%), seguido pelos setores Comércio (29,2%), Indústria (19,6%), Construção (6,8%) e Agropecuária (4,2%). Chama a atenção que entre os trabalhadores com 30 anos de idade ou mais, apenas 16,7% atuam no setor Comércio, quase a metade da proporção dos mais jovens (Gráfico 12).

² Esses dados não foram desagregados por formal e informal por causa do alto coeficiente de variação que impossibilita fazer inferências sobre o resultado.

Gráfico 12: Proporção de trabalhadores em grandes grupamentos de atividade econômica segundo faixas etárias - Minas Gerais - 2021



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

As ocupações dos jovens no mercado de trabalho formal contribuem para a caracterização da atuação profissional destes trabalhadores. Considerando apenas as 10 ocupações com maior saldo de contratação por grupo etário no acumulado de 2021, nota-se que ocupações relacionadas aos setores Serviços e Comércio se destacam como importantes portas de entradas dos jovens no mercado de trabalho formal, como já evidenciado na análise do estoque de empregos. Para trabalhadores com 30 anos de idade ou mais, destacam-se atividades relacionadas aos setores de Serviços, Construção e Agricultura (Tabela 2).

Tabela 2: Saldo de contratação por ocupação e faixas etárias - janeiro a junho de 2021 - (10 maiores)

Trabalhadores com até 29 anos de idade		Trabalhadores com 30 anos de idade ou mais	
Ocupação	Saldo acumulado 2021	Ocupação	Saldo acumulado 2021
Auxiliar de Escritório	8.225	Motorista de Caminhão	6.036
Assistente Administrativo	7.543	Servente de Obras	4.041
Alimentador de Linha de Produção	7.234	Faxineiro	3.579
Servente de Obras	6.058	Pedreiro	3.563
Vendedor de Comércio Varejista	3.612	Alimentador de Linha de Produção	3.019
Operador de Caixa	3.132	Trabalhador Volante da Agricultura	2.637
Repositor de Mercadorias	2.891	Trabalhador da Cultura de Café	1.989
Atendente de Lojas e Mercados	2.886	Técnico de Enfermagem	1.510
Trabalhador Volante da Agricultura	2.667	Trabalhador Agropecuário em Geral	1.374
Faxineiro	2.342	Soldador	1.227

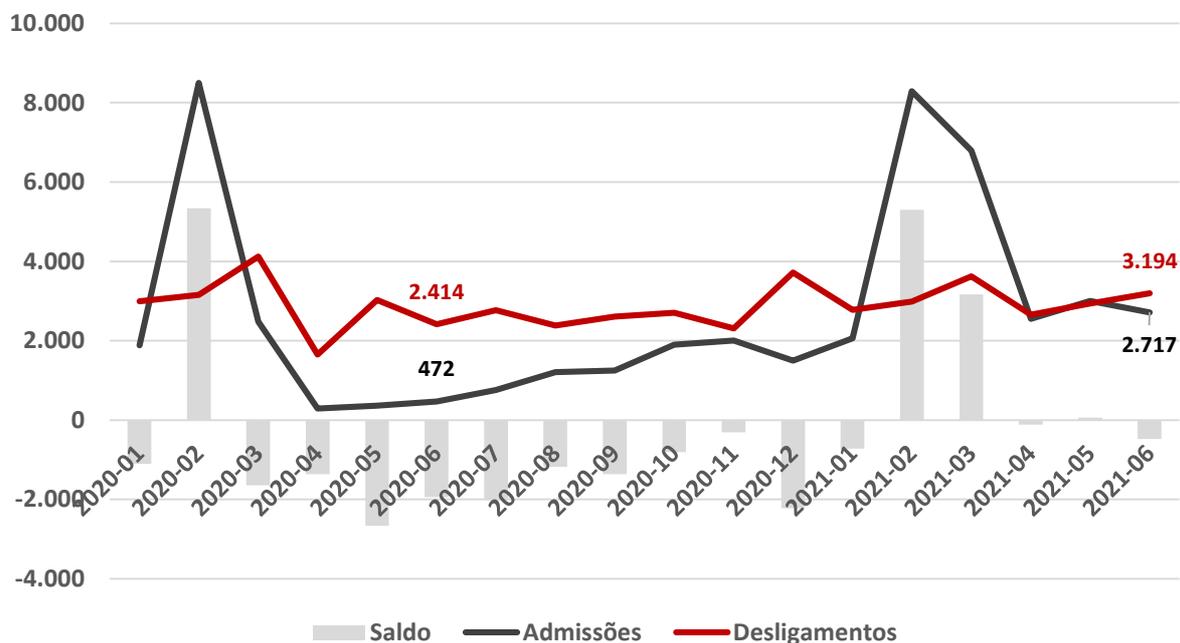
Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

No Brasil há iniciativas inovadoras que procuram ampliar a formalidade do emprego juvenil. Entre elas está o programa Jovem Aprendiz que se apoia na Lei da Aprendizagem, de 2000. O objetivo do programa é incentivar as empresas a contratar jovens que nunca tiveram oportunidade de trabalhar no setor formal. Os jovens entre 14 e 24 anos que estejam cursando ou já tenham concluído o ensino fundamental ou médio e frequentem o curso técnico conveniado com alguma empresa podem ser contratados como jovens aprendizes. O contrato de aprendizagem é uma das modalidades de maior impacto para os trabalhadores no início da vida profissional, haja vista que cria oportunidades para o aprendiz se preparar para o mundo do trabalho.

O Gráfico 13 mostra as flutuações das admissões e dos desligamentos dos menores aprendizes no estado e revelam as sucessivas perdas líquidas ao longo de 2020. Além da queda das contratações devido à suspensão de várias atividades econômicas em virtude da pandemia da Covid-19 e, por conseguinte, das cotas para os menores aprendizes, as agências de contratação que fazem a ponte entre as empresas e as escolas também tiveram suas atividades paralisadas.

Em 2020 o estado perdeu 11.255 postos de estágio, o equivalente a 25% dos 44.576 vínculos ativos registrados ao final de 2019. No entanto, em 2021, no acumulado do ano, já foram criados 7.229 novos postos de aprendizes. O resultado é positivo, mas ainda insuficiente para recuperar o número de vagas que foram destruídas ao longo de 2020 e retornar ao mesmo patamar de estoque registrado ao final de 2019.

Gráfico 13: Fluxo mensal de admissão e desligamento de aprendizes - Minas Gerais - 2020 a 2021



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Considerações finais

A falta de experiência e capacitação de trabalho tornam os jovens mais vulneráveis no mercado de trabalho e, em tempos de retração econômica, são eles que, geralmente, sofrem mais com o desemprego e inatividade. Atualmente, as medidas de contenção da Covid-19 refletiram na redução de postos de trabalho em segmentos importantes para os jovens. Para os adolescentes viu-se saída expressiva do mercado de trabalho, declínio da ocupação e forte elevação da taxa de desocupação. Com isso, mais da metade dos adolescentes que permaneceram no mercado de trabalho estavam desempregados. Para aqueles com idade entre 18 e 24 anos e 25 e 29 viu-se o mesmo movimento, embora em menor intensidade relativa.

A ocupação dos jovens permanece mais precária e instável, o que pode ser visto pelas altas taxas de informalidade, os baixos rendimentos e uma maior sensibilidade desses indicadores às intempéries econômicas ao longo do tempo. A estratégia mais eficaz para o enfrentamento dessa vulnerabilidade é o investimento em educação e capacitação. Para aqueles que frequentam escola ou que já concluíram a escolaridade básica, vêm sendo ampliadas as oportunidades de formação profissional, em nível médio (técnico), com a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), por meio da Lei nº 11.513, de 26 de outubro de 2011, foram

unificadas e criadas diversas ações voltadas à formação profissional em nível médio, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Trata-se de cursos ofertados de forma gratuita por instituições públicas, integrantes do Sistema S (SENAI, SENAT, SENAC e SENAR) e, a partir de 2013, por instituições privadas devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação.

Contudo, é necessário que o estado amplie o acesso dos jovens a esses programas e faça investimentos maciços em educação básica para o enfrentamento da evasão e defasagem escolar que afligem de forma contundente as famílias mais pobres. Além disso, é importante que sejam desenhadas políticas educacionais que contemplem as transformações iminentes do mercado de trabalho resultantes das crescentes inovações tecnológicas. A indústria 4.0 e as novas formas de gestão da força de trabalho além de serem altamente poupadoras de força de trabalho, trazem novos desafios para os profissionais em um futuro próximo. Relatório do Fórum Econômico Mundial, que tratou do futuro do trabalho (2020³) conclui que a pandemia de Covid-19 acelerou diversas transformações do mercado de trabalho mundial no que diz respeito a automação e a divisão do trabalho de máquinas e humanos. O processamento de dados, as tarefas administrativas e os trabalhos manuais de rotina serão drasticamente afetados pela automação. Uma vez que, provavelmente, os mais afetados pela crise econômica atual são aqueles que já estavam em situação desfavorável, como os trabalhadores mais jovens, as mulheres e os menos escolarizados, o impacto dessa combinação pode ampliar substancialmente as desigualdades já existentes.

³ Esses dados não foram desagregados por formal e informal por causa do alto coeficiente de variação que impossibilita fazer inferências sobre o resultado.

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretária de Desenvolvimento Social
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

**SUBSECRETARIA DE TRABALHO
E EMPREGO**
Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E FOMENTO AO
TRABALHO E À ECONOMIA SOLIDÁRIA**
Marcel Cardoso Ferreira de Souza

**DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ARTICULAÇÃO DE
OPORTUNIDADE DE TRABALHO**
Amanda Siqueira Carvalho

EQUIPE TÉCNICA
Amanda Siqueira Carvalho
Karen Michelle Antônia de Oliveira
Thiago Morais Moreira

ARTE GRÁFICA E DIAGRAMAÇÃO
Luana Gontijo Sant'Anna Vaz de Melo Dorneles
Thiago Morais Moreira

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Presidência
Helger Marra Lopes
Vice-presidência
Monica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
Eleonora Cruz Santos

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS POPULACIONAIS
Denise Helena França Marques Maia

EQUIPE TÉCNICA
Denise Helena França Marques Maia
Glauber Flaviano Silveira
Nícia Raies Moreira de Souza
Plínio Campos de Souza